PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. HELIO LOPES)

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para excluir do conceito de área tributável pelo Imposto Territorial Rural (ITR) as florestas plantadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para excluir do conceito de área tributável pelo Imposto Territorial Rural (ITR) as florestas plantadas.

Art. 2º O inciso II do art. 10 da Lei nº 9.393, de 1996, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea *g*:

“Art. 10.

.....

II -.....

g) cobertas por florestas plantadas”.

Art. 3º Fica revogada a alínea *d* do § 1º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 1996.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação do Imposto Territorial Rural (ITR) foi modificada pela Medida Provisória nº 1.528, de 19 de novembro de 1996, que revogou os dispositivos da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, que tratavam da matéria. A Medida Provisória foi convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

A Lei nº 9.393, de 1996, embora já tenha mais de vinte anos, é uma legislação moderna, que tributa de forma progressiva as propriedades rurais, onerando de forma pesada os latifúndios improdutivos e desonerando as propriedades produtivas.

Na mesma linha de modernidade, a Lei nº 9.393, de 1996, procura também incentivar a preservação do meio ambiente porque já considera área tributável, para efeito de apuração do imposto, a área total do imóvel, excluídas as áreas (art. 10, § 1º, II, "e") cobertas por florestas nativas, primárias ou secundárias em estágio médio ou avançado de regeneração.

Nesse contexto, o presente projeto de lei procura aperfeiçoar a referida Lei, excluindo do conceito de área tributável também as florestas plantadas pelos possuidores das áreas rurais, como forma de incentivo a esse cultivo sustentável.

Por se tratar de proposta justa do ponto de vista social e econômico, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado HELIO LOPES